



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5023/989/18
Poder	LEGISLATIVO
Município	Urânia
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA
Período	06/2018
Relator	Dr. Edgard Camargo Rodrigues
Unidade Fiscalizadora	UR-11 UNIDADE REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS
Responsável	TOMAZ CORONADO SANCHES
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	734.415.898-15
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 100.724,08
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0.00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 1.019,49
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 34.839,34
(=) Liquidez do Período	R\$ 64.865,25
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 330.750,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 411.365,25
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ -15.750,00

Embora o resultado acima para o período atual apresente superávit, a situação de liquidez projetada para o exercício revela-se desfavorável frente ao adimplemento de compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 49,92%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 346.500,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 172.972,23
Despesa com folha/Transferências realizadas	49,92%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 16.600.758,05

Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 16.600.758,05
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 129.255,62
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,78%
Apuração do limite (com CIP)	0,78%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,78%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	9141
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 16.600.758,05
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 16.600.758,05
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.162.053,06
Total de Despesas do exercício	R\$ 281.634,75
Percentual Apurado (sem CIP)	1,70%
Percentual Apurado (com CIP)	1,70%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,70%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/09/2018

Hora da Geração: 23:14:59